Editorial

A Revista Universo Contábil, publicação eletrônica trimestral, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), apresenta o número 1 do volume 6, ano 2010. Buscando disseminar e fomentar o conhecimento na área de Contabilidade, esta edição segue a estrutura dos números anteriores, compondo-se de: *seção nacional*, com cinco artigos de autores de instituições nacionais; *seção internacional*, com quatro artigos de autores de instituições internacionais.

Na seção nacional, o primeiro artigo, intitulado "Análise da regulação da contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale", utiliza a Teoria Tridimensional do Direito, elaborada por Miguel Reale, para o entendimento e o debate da regulação da contabilidade financeira. No ensaio teórico discorre sobre a proposição de que a norma jurídica decorre do diálogo entre fato, valor e norma, mediante a intervenção de um ente dotado de poder. Nesta perspectiva aduz que os fatos econômico-financeiros que afetam as entidades são interpretados por um ente dotado de poder segundo os valores compartilhados pela sociedade (compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, por exemplo) e daí surgem as normas (padrões contábeis).

O segundo artigo, "Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil *versus* estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa", compara as estruturas curriculares propostas pelo IFAC, ISAR/UNCTAD, AICPA e AECC com a preconizada na Resolução CNE/CES nº. 10/2004, particularmente no que tange às competências, habilidades e atitudes que devem ser desenvolvidas. Na pesquisa documental foram consideradas quatro categorias de análise: a) formação profissional (contabilidade e áreas afins); b) conhecimentos administrativos e organizacionais; c) conhecimentos de TI; d) outros conhecimentos e habilidades.

O terceiro artigo, "Gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras", investiga o gerenciamento da informação contábil por meio das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras como resposta à regulação econômica e tributária. O estudo emprega a abordagem de *accruals* específicos sobre uma amostra de 360 observações, oriundas de 60 companhias seguradoras e uma série temporal de seis anos (2001-2006), pressupondo que as contas de provisões técnicas possibilitam escolhas contábeis discricionárias e a incerteza que cerca sua estimação fornece oportunidades para o gerenciamento da informação contábil, visando: a) melhorar parâmetros de solvência; e b) reduzir pagamentos dos impostos.

O quarto artigo, "Análise da aplicabilidade do *Time-Driven Activity-Based Costing* em empresas de produção por encomenda", analisa a percepção dos gestores de atividades selecionadas sobre a aplicabilidade da abordagem *Time-Driven Activity-Based Costing* (TDABC) em uma empresa de produção por encomenda (EPE) localizada na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. No estudo de caso, consubstanciado em pesquisa exploratória e qualitativa, diversas técnicas de coleta de dados foram utilizadas, tais como entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação participante.

O quinto artigo, "Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil", verifica se a reputação corporativa pode ser considerada um dos direcionadores do nível de *disclosure* voluntário das empresas de capital aberto no Brasil. O desenvolvimento da pesquisa se deu com base em investigação empírica, em que foram analisadas 115 observações referentes a 23 companhias brasileiras, compreendendo o período

de 2000 a 2004. No processo de análise dos dados foram utilizadas regressões com dados em painel, e adotada a abordagem de efeitos aleatórios.

Na seção internacional, o primeiro artigo, intitulado "Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade", pesquisa os avanços científicos nesta área, denominada na literatura internacional como Social Environmental Accounting Research (SEAR). No estudo são apontados tópicos sobre o desenvolvimento da investigação em contabilidade social e ambiental; o papel dos organismos profissionais como agentes dinamizadores; as motivações dos gestores para a elaboração do relato ambiental; e os principais fundamentos da teoria da legitimidade.

O segundo artigo internacional, "El aprendizaje de los fundamentos contables basado en el enfoque del proceso primario", apresenta um método para o ensino da contabilidade baseando-se no modelo proposto na década de oitenta por um grupo de professores da Escola de Comércio na Universidade Católica de Valparaíso, no Chile. O estudo descritivo revela como a partir de um método básico, importantes mudanças foram realizadas que permitiram gerar um método para facilitar o ensino da contabilidade. O método foi praticado pelos alunos da proponente e compartilhado com outros docentes nacionais e estrangeiros

O terceiro artigo internacional, "O novo sistema de avaliação e acreditação do ensino superior: impacto, repercussões e benefícios", discorre sobre os desafios que se colocam às instituições de ensino superior, dando especial enfoque à fase em que a implementação destas medidas governamentais se encontra. O estudo apresenta reflexões sobre a proposta do Governo de Portugal de instituir parâmetros de avaliação da qualidade. Os parâmetros incluem o ensino ministrado; a qualificação do corpo docente; a estratégia para garantir a qualidade do ensino; a atividade científica, tecnológica e artística adequada à missão da instituição; e a cooperação internacional.

O quarto artigo internacional, "Convergencia internacional en materia de subvenciones: referencia a los derechos de emisión de GEI", descreve o processo de convergência, e em particular a situação da NIC 20 sobre Subvenções, dada a transcendência desta no registro contábil dos Direitos de Emissão de Gases de Efeito Estufa. Desde os acordos de Norwalk em 2002, o FASB e o IASB estão coordenando suas agendas de trabalho e desenvolvendo projetos conjuntos para a elaboração de padrões internacionais de alta qualidade. Em particular, se necessita uma revisão em profundidade da NIC 20 sobre Subvenções para eliminar as inconsistências atuais com o marco conceitual e assim unificar critérios para conseguir que as empresas que participam nos diferentes esquemas de Comércio de Direitos de Emissão elaborem demonstrações financeiras comparáveis e úteis ao processo de decisão empresarial.

Até o próximo número da Revista Universo Contábil e boa leitura a todos.

Profa. Dra. Ilse Maria Beuren Editora